



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE
RECURSOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026

A Prefeitura de São José dos Campos vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026**, para **LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO**, nos termos das Leis Federais nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e 13.709/2018, da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada por último pela Lei Complementar nº 214/2025, Lei Complementar nº 182/2021, Lei Complementar nº 188/2021, dos Decretos Municipais nº 20.073/2025, nº 19.721/2024, nº 19.491/2023, nº 19.485/2023, nº 19.484/2023, nº 19.483/2023, nº 19.425/2023, nº 19.268/2023, nº 19.267/2023, nº 20.073/2025, no que aplicável, e demais normas pertinentes (<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/gestao-administrativa-e-financas/compras-e-licitacoes/legislacao/>).

O Pregão ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, através da plataforma **BR CONECTADO**, no endereço eletrônico: <https://www.licitacaosaojosedoscamos.com.br/>, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Recebimento das propostas.

As propostas, serão recebidas até às 08h29 do dia 11/08/2026, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

Abertura das propostas:

As propostas serão abertas às 08h30 do dia 11/08/2026.

Início da disputa de preços:

A sessão eletrônica iniciar-se-á às 08h40 do dia 11/08/2026.

Todas as referências de tempo do edital e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

1 – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO**, nas condições estabelecidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)** e **ANEXO IA**

1.2. Caso no momento da elaboração das propostas seja verificada divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico do PORTAL DE COMPRAS e as especificações constantes deste Edital, ou ainda, divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecem válidas as do Edital.

1.3. Para a prestação do serviço será observado:

1.3.1. No certame:

I. O modo de disputa aberto;

II. O critério de julgamento das propostas pelo menor preço global;

1.3.2. Na execução:

I. Os serviços realizados na forma de execução indireta.

1.4. Estão vinculados à futura contratação objeto deste Edital, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta declarada vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

2.2. Os interessados deverão, além de atender as demais exigências constantes neste edital e seus anexos, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no **item 3** deste edital.

2.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que estejam sob os efeitos da Declaração de Inidoneidade ou de Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município.

2.4. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o contrato, ou seja, caso participe como matriz deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial deverá fazê-lo em nome da filial. Fica vedada a execução do contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participantes do certame.

2.5. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. O licitante que se enquadrar em quaisquer das previsões contidas no artigo 14, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.3. Conforme justificativas – técnica, econômica e outras pertinentes, formalizadas nos documentos que orientaram a elaboração deste edital, NÃO será permitida a participação no certame de empresas em regime de CONSÓRCIO;

2.5.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, extensivo a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3 – CADASTRO PRÉVIO DOS LICITANTES

3.1. A participação no presente Pregão Eletrônico dar-se-á mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema PORTAL DE COMPRAS**, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br>.

3.2. Os interessados deverão acessar o PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de São José dos Campos para, na plataforma da **BR CONECTADO**, se cadastrar previamente como FORNECEDOR; inscrição que deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao horário fixado neste Edital para o recebimento das propostas.

3.2.1. Havendo necessidade de contato com a BR CONECTADO para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma, realizar contato via telefone: (081) 3877-1397 e / ou e-mails: comercial@brconectado.com.br; boletos@brconectado.com.br.

3.3. Para obter acesso aos serviços do PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de São José dos Campos:

3.3.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à BR CONECTADO, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante TABELA DE PREÇOS com valores por plano de acesso, informados na página do CADASTRO DO FORNECEDOR;

3.3.2. Deverão ser preenchidas as informações dos campos para a identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física com os respectivos dados, fornecida a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

b) Demais documentos exigíveis pelo PORTAL DE COMPRAS / BR CONECTADO.

3.4. O acesso do Licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento dos documentos de habilitação nos termos do **item 10.2** deste Edital, encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de login e senha privativa pela BR CONECTADO.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta, conforme a natureza da exigência.

3.8. Ao enviar PROPOSTA INICIAL o licitante estará declarando que conhece e concorda com todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que até a data de apresentação da proposta inicial inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, declara também, que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, inciso XXXIII, da CF).

3.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

3.9. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico utilizado BR CONECTADO, os interessados podem obter o “Guia Fácil Fornecedor” no site <https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/>, clicando em “DOWNLOAD: MANUAL

DO LICITANTE”, ou entrar em contato com o suporte técnico ao uso da plataforma do BR CONECTADO através do telefone: (81) 3877-1397.

4 – RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A respectiva contratação será atendida pela dotação orçamentária nº 40.10.3.3.90.39.13.392.0007.2.023.01.2200108, constante do exercício de 2026 e exercício subsequente (recurso próprio).

5 – INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O edital da presente licitação poderá ser obtido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.licitacaosaojosedosc campos.com.br/> e <https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx>.

5.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

5.2.1. A Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças de São José dos Campos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos ANEXOS.

5.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser enviadas pelo sistema: <https://www.licitacaosaojosedosc campos.com.br/> ou através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br.

5.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites <https://www.licitacaosaojosedosc campos.com.br/> e www.sjc.sp.gov.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no edital, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.6. Contato: Departamento de Planejamento e Gestão de Recursos da Prefeitura de São José dos Campos, situado à rua José de Alencar nº 123 - 1º andar - Sala 03 - Paço

Municipal, no horário compreendido entre 8h15 e 17h. **Telefones: (12) 3947-8250 / 3947-8561.**

6 – ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

6.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema a PROPOSTA INICIAL até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2.1. Na proposta ofertada deverá estar expresso o **valor unitário e global do lote**, em real (R\$), **com no máximo 2 (duas) casas decimais.**

6.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

6.4.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. No ato do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, o interessado deverá declarar em campo próprio o tipo de enquadramento de porte de sua empresa (Micro Empresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Cooperativa - COOP, ou Outras Empresas - OE).

6.5.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. A falsidade das declarações de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento,

os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.10. A proposta adequada enviada após o término da etapa competitiva conforme **item 9.2** do Edital prevalecerá sobre a proposta inicial descrita no **item 6.2**.

6.11. O encaminhamento da proposta pressupõe que o preço proposto considerou todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução da obra / serviço, tais como, exemplificativamente: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, consultorias, ensaios em laboratórios, bem como o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos.

6.11.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.11.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.11.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12. No preenchimento da proposta inicial, que deverá ser encaminhada conforme o **item 6.2**, o licitante **não poderá se identificar**, sob pena de ter sua proposta DESCLASSIFICADA.

6.13. No preço proposto deverão estar contemplados todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

6.14. Após a abertura do pregão não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

GARANTIA DA PROPOSTA

6.15. Para a presente proposta não será exigida garantia.

7 – ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta pelo Pregoeiro.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o **item 9**, em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.1. Na abertura das propostas, como medida excepcional poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.2.1.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8 – ETAPA COMPETITIVA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.4. O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais)**.

8.2. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante ao que dispõe a Lei n.º 14.133, de 2021.

8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4. Na classificação das propostas será levado em conta o **menor preço global proposto do lote**, devendo ser respeitado(s) o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) constante(s) no **Anexo I**.

8.4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.4.2. Empatadas as propostas iniciais sem o envio de lances após o começo da fase competitiva e não havendo, dentre os participantes, licitantes enquadrados na condição de ME / EPP, ou se houver, que não estejam aptos a usufruir do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4.2.1. Infrutíferos os critérios de desempate de que trata o art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á ao sorteio.

8.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.5.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.5.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.6.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.6.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.5** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.8.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida no **item 8.8** e **subitem 8.8.1**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, em até 10 (dez) minutos, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.10. Durante a sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.

8.11. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

8.12. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

8.12.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.13. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.13.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.15. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, podendo ser vedado o tratamento em razão de o valor estimado ser superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

8.16. Encerrada a etapa competitiva sem o envio de lances, inalterados os valores inicialmente propostos e entre esses existam valores em situação de empate, havendo dentre os participantes licitantes enquadrados e aptos a usufruir dos benefícios na condição de ME/EPP, nos termos do **item 8.16.1** aplicar-se-ão os critérios previstos nos artigos 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em cumprimento ao disposto no art. 60, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.16.1.1. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma do item anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito;

8.16.2. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo sistema eletrônico, definindo e convocando automaticamente a primeira classificada para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta, assim sucessivamente.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro **DEVERÁ** encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17.2. Havendo contraproposta aceita, o pregoeiro detalhará seu valor no sistema.

8.18. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no **item 2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.18.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

8.18.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>; e

8.18.3. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

8.19. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.20. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.21. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.22. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA

9.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta classificada em primeiro lugar apresentada, com as especificações e condições do edital.

9.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **através do sistema** <https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/>, **no campo referente à inclusão de anexos da proposta**, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2.1. O prazo de 2 (duas) horas poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.3. A PROPOSTA ADEQUADA deverá ser formulada em uma via, datada e assinada pelo seu representante legal, sem emendas e borrões, contendo:

a) Razão social, CNPJ e endereço da proponente, bem como o número da presente licitação e horário;

b) Preço unitário e total, expressos em reais (R\$), com 02 (duas) casas decimais, e demais especificações;

c) Validade da proposta, com prazo mínimo de **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da entrega da proposta;

d) Prazo para a prestação do serviço e condições de pagamento.

9.4. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução da obra, objeto da presente licitação tais como, exemplificativamente: impostos, taxas,

frete, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, consultorias, ensaios em laboratórios.

9.5. Por ocasião do julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar para a comprovação da exequibilidade dos preços: a **composição de preços unitários** através do relatório analítico de insumos de todos os itens ofertados, incluindo a composição de custo horário dos equipamentos pertinentes ou detalhamento dos cálculos da produtividade da equipe ou equipamento utilizado de modo a justificar os índices da produtividade utilizada; **composição da taxa de encargos sociais** para horistas e mensalistas.

9.6. A aceitabilidade dos preços unitários ou globais propostos seguirá o critério de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado, apurados pela Administração, acrescidos dos respectivos encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI).

9.7. No julgamento das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.7.1. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do Pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do Pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.9. O Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

9.10. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.

9.11. Será desclassificada a proposta inicial ou a proposta adequada, conforme o caso, que:

9.11.1. Contiver vícios insanáveis;

9.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e ANEXO IA.

9.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.12. No caso de serviços em geral é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do edital, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da habilitação.

9.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10 – HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

10.1.2. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

10.1.3. O Pregoeiro, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.1.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

10.2. Conforme disposto no **item 3.4**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.2.1. Habilitação jurídica:

10.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

10.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, se couber;

10.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.2.1.9. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal nº 123/2006 apresentar Certidão simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita

(ANEXO III), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

10.2.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

10.2.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante;

10.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.2.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.3.2. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.2.3.2.1. Os documentos constantes do item 10.2.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.2.3.2.2. A empresa criada no exercício financeiro da licitação deverá atender a todas as exigências da habilitação e poderá substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado no órgão pertinente à

constituição da empresa, ou Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, incluindo os Termos de Abertura e Encerramento devidamente registrados;

10.2.3.2.3. Será admitida a apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis conforme os seguintes critérios:

I - Apresentação das páginas do Livro Diário que incluam o Termo de Abertura, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Termo de Encerramento, devidamente registrado no órgão pertinente à constituição da empresa;

II - Empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o arquivo da ECD contendo o Balanço Patrimonial e DRE em formato PDF, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), juntamente com o Termo de Autenticação correspondente, podendo este ser substituído pelo recibo de entrega da ECD.

10.2.3.2.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos do art. 5º da IN RFB 2142/2023;

10.2.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das respectivas fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.2.3.3.1. Os indicadores previstos serão calculados conforme o(s) exercício(s) financeiro(s) exigível(is);

10.2.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

10.2.4. Qualificação Técnica:

10.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.2.5. Declaração, expressa e sob as penas da lei (**ANEXO II**), de que:

- a)** A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b)** Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c)** Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d)** A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g)** A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
- h)** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- i)** A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;
- j)** A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

10.2.6. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2.7. Nome, nacionalidade, estado civil, CPF, RG, endereço residencial completo e cargo que ocupa na empresa, da pessoa que deverá assinar o contrato (**modelo ANEXO VI**).

10.2.7.1. Quando não for o seu representante legal nos termos do contrato social, além da documentação supra, deverá apresentar procuração para tal, no ato de assinatura do mesmo.

10.2.7.2. A não apresentação da documentação referente ao **item 10.2.7** não inabilitará o licitante, ficando facultada a Municipalidade elaborar contrato em nome do representante legal da empresa, constante do contrato social, ou chamar o remanescente.

10.2.8. Nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de:

I - Publicação realizada em órgão da imprensa oficial;

II - Cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”;

III - Prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, feita perante agente da Administração, mediante apresentação do original, ou por declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.2.9. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

10.2.9.1. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

10.2.10. Para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido, as **ME e EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente restrição, sendo-lhes assegurado prazo para regularização conforme previsão contida na Lei Complementar Federal nº 123, devidamente atualizada.

10.2.10.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação**.

10.2.11. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 2.229, de 15 de outubro de 2024, referente a regularidade dos licitantes relativamente ao CNPJ, como condição de sua

habilitação, será confirmada pela Administração nos termos da Instrução antes mencionada, devidamente atualizada.

10.2.12. Os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.

10.2.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11 – INSTRUÇÕES E NORMAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá, no prazo de 02 (duas) horas corridas, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso deverá ser enviada através do sistema <https://www.licitacaoaojosedoscampos.com.br/>, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br ou protocolada diretamente no Departamento de Planejamento e Gestão de Recursos, situado à rua

José de Alencar nº 123 - 1º andar – sala 03 - Paço Municipal, no horário compreendido entre 08h15 e 17h.

11.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Gestão Documental, situado à rua José de Alencar nº 123 - térreo - Paço Municipal, no horário compreendido entre 08h15 e 16h30.

12 – ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Depois de homologado o resultado desta licitação, a Prefeitura de São José dos Campos convocará a(s) empresa(s) adjudicatária(s), via e-mail ou outro meio hábil, para num prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, assinar o respectivo Contrato, sob a pena de decair do direito de prestar os serviços, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1. O contrato a ser formalizado terá sua assinatura realizada eletronicamente pelo sistema Prefbook, localizado no sítio eletrônico da PSJC <https://www.sjc.sp.gov.br/>, contudo, não sendo possível o eventual envio de minutas impressas para assinaturas fora da Prefeitura de São José dos Campos.

13.1.1.1. A forma presencial para assinaturas poderá, mediante justificativa aprovada pela Administração, ser empregada excepcionalmente.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Municipalidade.

13.3. É facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para executar o objeto em igual prazo ou na impossibilidade, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando:

I - O convocado não apresentar situação regular no ato de intimação para receber a Autorização de Fornecimento ou o Contrato;

II - O convocado rejeitar a Autorização de Fornecimento ou não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas;

III - O Contratante rescindir a Autorização de Fornecimento ou o Contrato por inadimplência do Contratado.

13.4. A Secretaria requisitante é o órgão credenciado pelo Município de São José dos Campos, para vistoriar e receber a prestação dos serviços, e a prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

13.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e deverão ser formalizadas através de competente termo aditivo submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. O Licitante vencedor, na condição de contratado, se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as obrigações por ele assumidas e em regularidade as condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de **27 (vinte e sete) meses**, contados do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O contrato será divulgado no PNCP, dentro do prazo estabelecido no art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021, produzindo eficácia aos atos praticados a partir de sua assinatura.

14.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

14.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

14.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. Independentemente de interpelação judicial, o Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 137 e seguintes.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações, no que couber:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, quando exigível;

VII - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas, quando o caso;

VIII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.4.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

15.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações do Contratante:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

16.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.7. Cientificar a Secretaria de Assuntos Jurídicos, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique quando da execução do objeto contratual;

17.1.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

17.1.9. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas;

17.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

17.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.1.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.1.14. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

17.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, **e se couber**, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

17.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

17.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18 – DA EXECUÇÃO

18.1. O licitante vencedor deverá executar de conformidade com o estabelecido neste item 18 os serviços objeto desta licitação sob sua exclusiva responsabilidade e nas condições ofertadas que deverão, todavia, observar as determinações específicas para a execução contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO IA**.

18.1.1. O início da execução do objeto se dará mediante a **emissão da Ordem de Serviços (OS)**, por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de São José dos Campos.

18.2. Os serviços objeto deste Edital, deverão ser executados nos termos dos **Anexos I, IA e IV**.

18.3. A execução dos serviços deverá ser iniciada no tempo (prazo ou data) estabelecido na Ordem de Serviço (O.S) expedida pelo Contratante.

18.4. É vedada a subcontratação total ou parcial do Objeto contratado.

18.5 Pelo serviço executado de forma discrepante com o objeto obriga-se o Contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, de conformidade com o notificado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Contrato, o desempenho de qualquer trabalho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19 – DO RECEBIMENTO

19.1. Os serviços prestados serão recebidos em conformidade com o Termo de Referência amparado pelas regras de recebimento provisório e definitivo estabelecidas no Decreto Municipal nº 19.721/2024.

19.1.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos neste item 19 as determinações específicas ao recebimento contidas no Termo de Referência.

19.1.2. No recebimento e aceitação do objeto do Contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo nº 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.2. O recebimento não exclui a responsabilidade do prestador de serviços pela qualidade e garantia do objeto.

20 – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

20.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

20.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

21 – DOS REAJUSTES

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja: **14 de Julho de 2026**.

21.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC FIPE, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo adotada a seguinte fórmula:

$$R = P_o \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P_o = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPC_o = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8. O reajuste poderá ser realizado por simples apostila.

21.9. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do Contratado devidamente instruídas e endereçadas à Divisão de Contratos da Secretaria responsável pela contratação. O contratado poderá exercer, perante a Municipalidade, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **item 21.2**.

21.9.1. Caso o Contratado não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte do Contratado.

22 – DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

22.1. As medições referentes à implantação vinculam-se ao cumprimento integral das etapas previstas no cronograma de implantação, à conclusão total da implantação e à comprovação da entrega e do aceite das funcionalidades previstas no Termo de Referência.

22.1.1. O pagamento da implantação será realizado somente após a conclusão integral de todas essas etapas, e ao aceite formal da CONTRATANTE, nos termos do Termo de Referência.

22.2. As medições referentes à licença de uso e à operação do sistema vinculam-se ao cumprimento das especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

22.2.1. Os pagamentos relativos à licença de uso e à operação do sistema serão feitos em 30 (trinta) dias corridos após o término do período mensal (30 dias) da prestação dos serviços e recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

22.3. Vinculam-se aos critérios estabelecidos neste **item 22** as determinações específicas ao pagamento contidas no Termo de Referência.

22.4. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do **ANEXO I** do presente edital.

22.5. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o Contratado indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

22.6. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

22.7. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor do Contratado, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

23 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

23.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

23.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.1.5. Fraudar a licitação;

23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

23.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se for devido, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação da Prefeitura de São José dos Campos - SP.

23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23.15. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

24 – DOS ANEXOS

24.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I – Termo de Referência (TR).

ANEXO IA – Especificações dos Requisitos.

ANEXO II – Termo de Declaração.

ANEXO III – Modelo de Declaração de ME/EPP.

ANEXO IV – Minuta de Contrato.

ANEXO V – Termo de Ciência e de Notificação do Município de São José dos Campos.

ANEXO VI – Dados para Assinatura do Contrato.

24.2. O Edital e seus Anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgados no sítio eletrônico oficial (www.sjc.sp.gov.br) na mesma data de divulgação do Edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

25 – DA PUBLICIDADE

25.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo facultada, a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial desta Prefeitura de São José dos Campos.

25.2. Sem prejuízo do disposto no item 25.1, o edital será publicado no Diário Oficial do Município de São José dos Campos e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

25.2.1. Os julgamentos dos recursos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Município de São José dos Campos e, facultativamente, por meios eletrônicos.

25.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no item 25.1, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O Município de São José dos Campos no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

26.1.1. Nas hipóteses em que no exercício de suas competências seja necessário o tratamento de dados pessoais, serão fornecidas informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em anexo deste Edital.

26.1.2. Os itens expressos neste Edital que fazem referência aos direitos e princípios expressos na Lei nº 13.709/2018, não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria.

26.1.3. O Contratante e o Contratado se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se o Contratado por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que o Contratante será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com o Contratante;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o Contratado tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

26.1.4. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

26.1.5. O eventual acesso, pelo Contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o Contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

26.1.6. O Contratado cooperará com o Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

26.1.7. O Contratado deverá informar imediatamente o Contratante quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do Contratante ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

26.1.8. O Encarregado do Contratado manterá contato formal com o Encarregado do Contratante, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

26.1.9. A critério do Encarregado do Contratante, o Contratado poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

26.1.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

26.4. Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

26.5. O licitante vencedor da presente licitação fica obrigado a executar integralmente a prestação dos serviços, ora licitados.

26.6. O licitante vencedor se obriga, quando aplicável, a prestar, sem qualquer ônus ao Contratante, a **garantia** relativa ao objeto nos termos estabelecidos no **Anexo I**, caso aplicável.

26.7. Ao apresentar suas propostas, os licitantes concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

26.7.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

26.7.2. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.8. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e seus anexos.

26.8.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.8.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

26.10. O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

26.11. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caibam os licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

26.12. Não será permitida a execução dos serviços objeto licitado sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

26.13. Correrão por conta exclusiva do Contratado quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente licitação.

26.14. Para todas as questões suscitadas na execução dos serviços, não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei 14.133/2021, o foro será o da Comarca de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.15. O Município de São José dos Campos mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou ímprobos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal, pelo telefone (12) 3947-8246 ou e-mail: ouvidoria@sjc.sp.gov.br.

26.16. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme item 25 e afixado no endereço eletrônico: <https://www.sjc.sp.gov.br>.

São José dos Campos, 14 de julho de 2026.

José Nabuco Sobrinho
Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO, com vistas à automatização e modernização dos serviços prestados pelas bibliotecas, para atender à demanda da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	1	134692	IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, E TREINAMENTO PARA O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	SV	1	R\$ 38.686,00	R\$ 38.686,00
	2	134554	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	MS	24	R\$ 2.774,69	R\$ 66.592,56
VALOR TOTAL DO LOTE 01: R\$ 105.278,56							

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto nº 19268/2023, não se caracterizando como bem de luxo.

1.3. Utilização do catálogo de padronização:

1.3.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

2. DA JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar os serviços prestados pelas bibliotecas públicas, por meio da modernização dos processos de gestão de acervo bibliográfico.

A implantação de software especializado para gerenciamento de acervo bibliográfico proporcionará ganhos operacionais, administrativos e institucionais para as bibliotecas, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Entre os principais benefícios esperados destacam-se:

a) Modernização da gestão do acervo

A utilização de sistema informatizado permitirá a automatização de processos técnicos biblioteconômicos, como catalogação, classificação e indexação dos materiais, garantindo maior padronização e organização do acervo bibliográfico.

Com isso, reduz-se a dependência de controles manuais ou fragmentados, proporcionando maior confiabilidade das informações e melhor gestão do patrimônio bibliográfico.

b) Maior eficiência operacional

A automação das rotinas de circulação de materiais, como empréstimos, devoluções, reservas e renovações, possibilitará maior agilidade no atendimento aos usuários, reduzindo o tempo de execução das atividades e aumentando a produtividade dos servidores responsáveis pela gestão das bibliotecas.

Além disso, a centralização das informações em um único sistema facilita a administração do acervo e o acompanhamento das atividades realizadas.

c) Melhoria no acesso à informação

Com a implantação do sistema, os usuários poderão realizar consultas ao catálogo bibliográfico de forma rápida e organizada, permitindo localizar obras disponíveis no acervo com maior facilidade.

Esse recurso amplia o acesso à informação e contribui para maior utilização do acervo disponível nas bibliotecas.

d) Maior controle e segurança das informações

A informatização do acervo bibliográfico permite registrar e acompanhar todas as movimentações de materiais, reduzindo riscos de extravio, inconsistências de registros e perda de informações.

O sistema também possibilita a geração de relatórios e registros históricos que auxiliam no controle administrativo e na tomada de decisões relacionadas à gestão do acervo.

e) Apoio à gestão e tomada de decisões

A geração de relatórios estatísticos e gerenciais permitirá identificar padrões de utilização do acervo, obras mais consultadas, índices de empréstimo e outras informações relevantes.

Esses dados podem subsidiar decisões relacionadas à ampliação ou atualização do acervo, planejamento de aquisições e melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

f) Padronização dos processos biblioteconômicos

A implantação de solução especializada contribui para a uniformização dos procedimentos técnicos adotados pelas bibliotecas, promovendo maior consistência na catalogação e organização das obras.

Isso facilita a integração entre unidades bibliotecárias e melhora a qualidade da gestão da informação.

g) Capacitação dos servidores

O treinamento previsto na contratação permitirá que os servidores responsáveis pela gestão das bibliotecas desenvolvam maior domínio das ferramentas tecnológicas utilizadas, aprimorando a execução das atividades e fortalecendo a capacidade institucional de gestão do acervo bibliográfico.

h) Melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade

A modernização dos processos de gestão do acervo bibliográfico resulta em atendimento mais ágil, maior disponibilidade de informações e melhor organização das bibliotecas, contribuindo para ampliar o acesso da população aos recursos informacionais.

Dessa forma, a implantação da solução tecnológica representa avanço significativo na qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Especificações detalhadas

3.1.1. Contratação de licença de uso de software especializado em gerenciamento de acervo bibliográfico, incluindo de **migração de dados, implantação e capacitação de usuários e equipe técnica**, com vistas à automatização e modernização das atividades das bibliotecas vinculadas ao órgão contratante, conforme **ESPECIFICAÇÕES DOS REQUISITOS** detalhadas no **ANEXO IA**.

3.2. Especificações Técnicas dos Serviços

3.2.1. Planejamento e levantamento técnico

3.2.1.1. A reunião inicial de alinhamento do projeto deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis** após a emissão da Ordem de Serviço e será realizada presencialmente na sede da Secretaria de Educação e Cidadania ou em local por ela indicado no município de São José dos Campos.

3.2.2. Migração de Dados

3.2.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a migração dos dados do sistema atualmente utilizado pela Administração - **Software Philos**, garantindo a integridade, consistência e disponibilidade das informações no novo sistema.

3.2.2.2. A migração deverá ser iniciada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** e concluída no prazo máximo de **75 (setenta e cinco) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

3.2.2.3. Deverão ser migradas, no mínimo, as seguintes bases de dados:

- a) Obras;
- b) Periódicos;
- c) Usuários;
- d) Circulação;
- e) Capas das obras.

3.2.2.4. Durante o processo de migração, a CONTRATADA deverá:

a) assegurar a preservação da integridade e consistência das informações existentes;

b) evitar duplicidade de registros;

c) permitir a validação dos dados migrados pela equipe técnica da CONTRATANTE;

d) realizar ajustes necessários para garantir o correto funcionamento do sistema após a migração.

3.2.2.5. A migração abrangerá os dados atualmente utilizados nas 05 (cinco) Bibliotecas Públicas vinculadas à Secretaria de Educação e Cidadania.

3.2.3. Implantação do Sistema

3.2.3.1. A CONTRATADA deverá realizar a implantação completa do sistema no prazo máximo de **120 (centro e vinte) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

3.2.3.2. Serão consideradas atividades relacionadas à implantação:

- instalação e configuração do sistema em ambiente de nuvem privada;
- migração das bases de dados;
- realização dos treinamentos;

- disponibilização do sistema para uso operacional.

3.2.4. Visitas Técnicas

3.2.4.1. Durante o período de implantação deverão ser realizadas visitas técnicas presenciais nas Bibliotecas Públicas ou em outro local definido pela Secretaria de Educação, as quais serão acompanhadas por profissional de Tecnologia da Informação da Assessoria de Informática da Secretaria de Educação ou por outro(s) servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE.

3.2.4.2. Deverão ser realizadas, no mínimo, 03 (três) visitas técnicas, com carga horária de até 08 (oito) horas cada, destinadas a:

- acompanhar o processo de implantação do sistema;
- verificar a utilização das funcionalidades pelos operadores;
- realizar eventual reciclagem de treinamento, quando necessário.

3.2.5. Treinamento dos Usuários

3.2.5.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento destinado aos usuários do sistema, com o objetivo de capacitá-los para a correta utilização das funcionalidades da solução.

3.2.5.2. A CONTRATADA deverá iniciar o treinamento no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da conclusão da implantação do sistema.

3.2.5.3. O treinamento deverá atender às seguintes condições mínimas:

- a)** realização de 02 (duas) turmas;
- b)** carga horária mínima de 08 (oito) horas por cada turma;
- c)** turmas com até 15 (quinze) participantes;
- d)** participação de servidores das bibliotecas e gestores indicados pela CONTRATANTE.
- e)** o treinamento deverá ser concluído no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**.

3.2.5.4. O treinamento será realizado de forma presencial nas Bibliotecas Públicas ou em outro local definido pela Secretaria de Educação e Cidadania, conforme cronograma, datas e horários definidos em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA

3.2.6. Operação assistida

3.2.6.1. Após a conclusão da implantação do sistema, deverão ser realizadas 03 (três) visitas técnicas de acompanhamento, com carga horária mínima de 08 (oito) horas cada.

3.2.6.2. As visitas terão como objetivo:

- acompanhar a utilização do sistema pelos operadores;
- verificar eventuais dificuldades operacionais;
- orientar os usuários quanto às funcionalidades disponíveis;
- realizar reciclagem de treinamento, quando necessário.

3.2.6.3. As visitas serão realizadas de forma presencial nas Bibliotecas Públicas ou em outro local definido pela Secretaria de Educação e Cidadania, conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

3.2.7. Manutenção, Atualização do Sistema e Suporte Técnico

3.2.7.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção, atualização do sistema e suporte técnico pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da conclusão da implantação do sistema.

3.2.7.2. O suporte técnico deverá ser disponibilizado em horário comercial, por meio de telefone e via internet.

3.2.7.3. O serviço de suporte deverá incluir a atualização de versões do software durante toda a vigência contratual.

3.2.7.4. Os serviços de manutenção compreendem:

a) Manutenção Corretiva - quando forem feitas alterações para correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento, sem inserção de novas funcionalidades.

b) Manutenção Adaptativa - adaptações por mudanças externas (negócio, legislação, ambiente operacional) sem inserção de novas funcionalidades.

c) Atualizações Evolutivas — consistem nas atualizações ordinárias disponibilizadas pela CONTRATADA durante o prazo de vigência contratual, incluindo melhorias, correções, ajustes técnicos, atualizações de segurança, compatibilidade e desempenho, necessárias à adequada continuidade da solução contratada, sem implicar acréscimo de novas funcionalidades, módulos, serviços ou características estranhas ao objeto contratado.

3.2.7.5. Os serviços de manutenção deverão observar as seguintes condições:

a) Disponibilidade da CONTRATADA para atendimento 05 (cinco) dias úteis por semana, 08 (oito) horas por dia, em horário comercial;

b) Os serviços de manutenção deverão ser prestados pelo próprio fabricante ou pelo representante, autorizado por ele mediante declaração expressa, comprovando a aptidão da mesma para realizar os serviços.

c) O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 8 (oito) horas corridas, contadas a partir da comunicação do problema à CONTRATADA.

d) Nos casos de problemas críticos, a CONTRATADA deverá manter atuação técnica contínua, dentro dos prazos e níveis de serviço estabelecidos, enquanto a ocorrência não for solucionada, até o restabelecimento da operação normal da solução em ambiente de produção.

3.2.7.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone e canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração do software que compõem a solução.

3.2.7.7. Em caso de prorrogação contratual, os serviços de suporte técnico e manutenção deverão ser mantidos durante todo o período prorrogado.

3.3. Propriedade dos Dados

3.3.1. Todos os dados inseridos, armazenados ou processados no sistema, incluindo registros bibliográficos, cadastros de usuários, histórico de empréstimos e demais informações relacionadas ao acervo, são de propriedade exclusiva da Administração.

A CONTRATADA deverá garantir o pleno acesso da Administração a esses dados durante toda a vigência contratual.

3.4. Portabilidade e Exportação de Dados

3.4.1. Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão, a CONTRATADA deverá disponibilizar à Administração todos os dados do sistema em formato estruturado e aberto, que permita sua utilização em outra solução de gerenciamento de acervo bibliográfico.

A exportação deverá contemplar, no mínimo, os seguintes conjuntos de dados:

- a) Obras** – registros bibliográficos completos do acervo;
- b) Periódicos** – registros referentes às publicações seriadas cadastradas no sistema;
- c) Usuários** – cadastros dos usuários habilitados no sistema;
- d) Circulação** – histórico de empréstimos, devoluções, reservas e demais movimentações do acervo;
- e) Capas das obras** – arquivos de imagens associados aos registros bibliográficos.

Os dados deverão ser disponibilizados de forma íntegra e organizada, garantindo sua correta interpretação e reaproveitamento em outro sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico.

3.5. Atestado de Capacidade Técnica

3.5.1. A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do órgão ou empresa emitente, contendo a identificação e assinatura do responsável pela emissão, que comprove(m) que a empresa forneceu ou fornece software 100% web, com acesso via navegador, destinado ao gerenciamento de acervo bibliográfico ou objeto compatível com o presente Termo de Referência, em base de dados centralizada, com funcionalidades compatíveis com as exigidas neste instrumento.

3.5.1.1. Para fins de adequada execução contratual, especialmente nas etapas de implantação, migração de dados, treinamento dos usuários e operação assistida, a CONTRATADA deverá indicar, **no momento da assinatura do contrato**, profissional(is) com formação e/ou experiência compatível com o objeto contratado, apto(s) a acompanhar tecnicamente a execução dos serviços.

3.5.1.2. A indicação prevista no subitem anterior deverá contemplar profissional(is) com conhecimento técnico pertinente às atividades de gestão de acervo bibliográfico, implantação de sistemas, migração de dados e capacitação de usuários, podendo ser exigida a apresentação de currículo, certificado de formação, diploma, declaração de experiência ou outro documento idôneo que demonstre a qualificação compatível com as atividades a serem desempenhadas.

3.5.2. A exigência de indicação de profissional(is) qualificado(s) não substitui o Atestado de Capacidade Técnica da empresa, destinando-se exclusivamente a assegurar que as etapas de implantação, migração e treinamento sejam conduzidas por pessoa(s) com conhecimento técnico adequado, sem configurar exigência adicional de habilitação no momento da apresentação da proposta.

3.6. Da Fiscalização

3.6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria requisitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo a CONTRATANTE suspender a execução, aplicar sanções e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

3.6.2. A fiscalização abrangerá as etapas de migração dos dados, implantação e treinamento aos usuários, conforme cronograma disposto no item 5.1.2.

3.6.3. A aceitação definitiva do objeto ficará condicionada à comprovação do pleno funcionamento do sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico em todas as bibliotecas indicadas neste Termo de Referência.

3.6.4. As não conformidades deverão ser registradas e corrigidas pela CONTRATADA no prazo definido pela fiscalização, sem ônus para a Administração.

3.7. Do consórcio:

3.7.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões constantes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar. Tal vedação baseia-se na necessidade de garantir responsabilidade direta e única da CONTRATADA

sobre todas as etapas do objeto, evitando eventual fragmentação de responsabilidades e riscos operacionais desnecessários, especialmente em uma solução integrada de sistemas, cuja execução requer coordenação única e continuidade de serviço.

3.8. Subcontratação:

3.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A restrição decorre da necessidade de assegurar à Administração controle direto e uniforme sobre a execução integral do objeto, bem como de garantir a padronização das atividades de implantação, migração de dados, customização e treinamento, sem diluição de responsabilidades ou fragmentação de serviços que poderiam comprometer a qualidade e eficiência pretendidas.

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação terá vigência de **até 27 (vinte e sete) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, abrangendo as etapas de migração de dados, implantação da solução, treinamento e disponibilização da licença de uso do software.

4.1.1. O prazo de vigência compreenderá:

I – Etapa de implantação, destinada à configuração da solução, migração dos dados existentes e treinamento dos usuários, a ser concluída no prazo máximo de **até 90 (noventa) dias**;

II – Etapa de operação, correspondente à disponibilização da licença de uso do software, pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, iniciando somente após a conclusão da implantação, devidamente verificada e atestada pelo fiscal ou gestor do contrato, mediante confirmação de que o sistema se encontra plenamente operacional, com os dados migrados e os usuários capacitados.

4.1.2. A presente contratação poderá ser prorrogada pelo prazo máximo previsto nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Poderão ser realizados **acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021**.

4.3. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega:

5.1.1. Em se tratando de serviços, a prestação deverá ser efetuada mediante instrumento formalizado por escrito pela CONTRATANTE, através da Ordem de Serviço, na forma e prazo especificado no item 5.1.2 deste Termo de Referência.

5.1.2. O prazo para execução dos serviços de migração de dados, implantação e treinamento observará o cronograma constante da tabela abaixo, podendo ser ajustado mediante justificativa fundamentada em razões de interesse público ou em necessidades operacionais das unidades envolvidas.

Etapas	Descrição da Atividade	Marco Inicial	Prazo Inicial de Execução	Prazo Máximo
1	Planejamento e levantamento técnico , compreendendo reunião inicial de alinhamento do projeto, análise do ambiente da CONTRATANTE, levantamento de dados e definição do plano de implantação do sistema.	A partir da emissão da Ordem de Serviço.	Até 5 (cinco) dias úteis	—
2	Migração de dados	A partir da emissão da Ordem de Serviço	Até 30 (trinta) dias corridos	Até 75 (setenta e cinco) dias corridos.
3	Implantação completa do sistema	A partir da emissão da Ordem de Serviço	Após conclusão da etapa 2	Até 120 (cento e vinte) dias corridos.
4	Visitas Técnicas	Durante o período de implantação do sistema	---	03 (três) visitas técnicas, com carga horária de até 08 (oito) horas cada
5	Treinamento dos usuários indicados pela CONTRATANTE , abrangendo capacitação operacional para utilização das funcionalidades do sistema implantado.	Após a conclusão da etapa 3	Início imediato após a implantação do sistema	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da etapa 3
6	Operação assistida , compreendendo acompanhamento técnico inicial, suporte funcional aos usuários e correção de eventuais inconsistências identificadas na etapa inicial de uso do sistema.	Após a conclusão da etapa 3	—	03 (três) visitas técnicas de acompanhamento, com carga horária mínima de 08 (oito) horas cada

5.1.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados nas bibliotecas vinculadas à Secretaria de Educação e Cidadania, os quais serão acompanhadas por profissional de Tecnologia da Informação da Assessoria de Informática da Secretaria de Educação ou por outro(s) servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, conforme detalhado a seguir:

Implantação e Migração dos dados para o Software de Gerenciamento de Acervo Bibliográfico e Licença de Uso de Software de Gerenciamento de Acervo Bibliográfico:

- Biblioteca Cassiano Ricardo – Rua Quinze de Novembro, nº 99 – Centro
- Biblioteca Helena Molina – Praça Emília Molina, nº 77 – Eugênio de Melo
- Biblioteca Hélio Pinto Ferreira – Rua Prof. Henrique Jorge Guedes, nº 57 – Jardim das Indústrias
- Biblioteca Jansen Filho – Rua Mário Antônio Abrantes da Fonseca, nº 410 – Campo dos Alemães
- Biblioteca do Centro da Juventude, Rua Aurora Pinto da Cunha, 131 - Jardim América

5.1.4. A prestação dos serviços relativa à Licença de Uso de Software ocorrerá de forma contínua, com periodicidade mensal, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da conclusão da implantação do sistema. O período proposto visa assegurar a plena implementação, estabilização, suporte e continuidade do uso do sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico nas bibliotecas públicas, garantindo eficiência e qualidade no atendimento ao público usuário.

5.2. Do local e horário de entrega/execução

5.2.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item 5.1.3.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na(s) data(s) assinalada(s), o contratado deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos **15 (quinze) dias corridos** de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. O contratado obriga-se a executar o serviço em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.2.4. Todas as despesas relativas à execução do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva do contratado.

5.3. Condições de recebimento do produto

5.3.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico do Município, conforme Decreto nº 19.721/2024.

5.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990.

5.5. Do prazo para a substituição em caso de falhas na prestação dos serviços:

5.5.1. Uma vez notificado, o Contratado deverá sanar as falhas no prazo de até **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da notificação formal da Administração.

5.5.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pela CONTRATANTE.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A medição e o pagamento dos serviços serão realizados mediante verificação da conformidade das entregas e ateste do fiscal ou gestor do contrato, considerando:

6.1.1. Implantação do sistema, migração de dados e treinamento

O pagamento referente à implantação do sistema, à migração de dados e ao treinamento será realizado após a conclusão integral de todas essas etapas, inclusive de todos os treinamentos previstos, mediante aceite formal da CONTRATANTE, ateste do fiscal ou gestor do contrato, liquidação da despesa e apresentação da respectiva Nota Fiscal, observado o prazo máximo de **30 (trinta) dias** para pagamento, contados da liquidação.

6.1.2. Licença de uso do software

Após a conclusão da implantação e seu aceite formal pela CONTRATANTE, terá início o período de disponibilização da licença de uso do software.

O pagamento da licença será realizado **em parcelas mensais**, durante o período de **24 (vinte e quatro) meses**, mediante comprovação da disponibilidade e regular funcionamento do sistema, bem como da prestação do suporte técnico previsto.

Cada parcela mensal ficará condicionada ao ateste do fiscal do contrato, quanto à adequada execução do serviço no período correspondente.

6.2. A execução do objeto obedecerá ao cronograma constante deste Termo de Referência, que estabelece as etapas de migração dos dados, implantação e treinamento.

6.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
- b) número do processo;
- c) número da licitação;
- d) descrição detalhada do objeto;
- e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF;

6.4. O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela CONTRATANTE, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **7 (sete) dias úteis**, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.5.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

6.5.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

6.6. A empresa CONTRATADA deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

6.7. Pagamento

6.7.1. Os pagamentos observarão os prazos estabelecidos nos subitens 6.1.1 e 6.1.2, sendo realizados por etapas, mediante medição, aceite e liquidação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de cada liquidação e da emissão da Nota Fiscal.

6.7.2. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

6.7.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7.4.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.7.5. A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.7.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.7.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

7.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da Licitação.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é **R\$ 105.278,56 (Cento e cinco mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Recurso: 1 Tesouro

Dotação: 40.10.3.3.90.39.13.392.0007.2.023.01.2200108

Natureza da Despesa: 339039

Projeto/ Atividade: 40038 / 088

ANEXO IA

ESPECIFICAÇÕES DOS REQUISITOS

1. Características Gerais

Gerenciamento integrado de dados e funções das bibliotecas, com integração total entre catalogação, empréstimo e pesquisa.

Software na língua portuguesa (Brasil).

Possibilidade de expansão ou inclusão de novos módulos sob demanda.

Menu de ajuda.

O sistema deverá ser implementado de forma a permitir a alteração de parâmetros de configuração, sem a necessidade de alteração do código-fonte.

Trabalhar dentro dos padrões estabelecidos para área da biblioteconomia integrados ao sistema.

AACR2.

ABNT NBR 6023.

Elaboração e impressão de bibliografias em formato ABNT.

Possibilidade de cadastramento de bibliotecas setoriais.

Possibilidade de gestão em múltiplas bibliotecas pertencentes a uma mesma rede.

Possibilidade de gerenciar múltiplas bibliotecas separadas fisicamente em uma única base de dados, com controle dos exemplares e políticas locais, onde cada biblioteca mantenha suas características particulares.

Possibilidade de definição de configurações gerais (por instituição).

Possibilidade de definição de configurações locais (por biblioteca).

Totalização de títulos e exemplares da biblioteca (obras e periódicos) e de conjunto de registros filtrados.

2. Ergonomia

Navegação intuitiva/amigável, respeitando padrões de usabilidade utilizadas no mercado, evitando ao máximo o uso do mouse.

A navegação deverá garantir que todas as funcionalidades estejam de forma padronizada quanto a localização de botões, barras e menus.

3. Tecnologia

Arquitetura 100% Web com acesso via navegador (browser).

Operar nos browsers mais utilizados (Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox).

Permitir operações de circulação por meio de tablets baseados em Android, IOS e Windows.

Possuir interface responsiva no Terminal de Consulta utilizado pelos usuários da biblioteca, que se adapta de acordo com a dimensão da tela do dispositivo utilizado.

Permitir operações touch.

Atualização dos dados em tempo real (online).

Segurança na integridade dos registros.

Possuir certificado digital para acesso à aplicação que utiliza o protocolo HPPTS, permitindo que os dados sejam trafegados, do dispositivo de acesso até o servidor, através de uma conexão segura e criptografada.

Armazenamento e recuperação de caracteres da língua portuguesa.

Data no formato dd/mm/aa (língua portuguesa).

Mecanismo de segurança e integridade dos dados, com níveis diferenciados de acesso ao sistema (login e senha).

Possuir controle de acesso ao sistema definindo perfis de operadores e permissões para inclusão, edição ou exclusão de registros e auditoria com log de operações.

Capacidade de suportar quantidade ilimitada de registros bibliográficos.

Capacidade de processamento/tratamento ilimitada de registros bibliográficos.

Acesso simultâneo por número ilimitado de usuários para cadastro e/ou atualização do sistema (operadores).

Acesso simultâneo por número ilimitado de usuários para consulta (usuários finais).

4. Cadastro do Acervo

Dispõe de inclusão dos dados de obras, periódicos a partir de ficha de catalogação, disposta em grupos e no mínimo com os seguintes campos:

- Informações básicas.
- Material.
- Idiomas.
- ISBN (Obras) ou ISSN (Periódicos).

- Classificação.

Classificação preenchida de forma automática se o assunto selecionado na tabela estiver vinculado a um número de classificação.

- Notação do Autor.

Notação de autor preenchida de forma automática se o autor principal selecionado na tabela estiver vinculado a uma notação.

- Complemento da classificação.
- Outras informações da classificação.
- Título.
- Subtítulo.
- Meio físico.
- Autoria.
- Indicação de responsabilidade.
- Edição.
- Nº de páginas.
- Detalhes.
- Dimensão.
- Local de publicação.
- Editora.
- Ano.
- Série.
- Volume.

Assuntos

- Categorias por cor.
 - Subcategorias.
 - Público-alvo.

Outros autores.

- Pessoa, com indicação de função.

- Instituição, com indicação de função.
- Evento.
- Título uniforme.

Conteúdo digital.

Permite assinalar que um conteúdo é somente digital, permitindo gestão distinta do acervo impresso e do digital.

Permite a vinculação de Sites no registro.

Permite a inclusão de arquivos em repositório digital.

Catálogo de registros bibliográficos utilizando *templates* para:

- Obras.
- Periódicos.

Possibilidade de selecionar os tipos de *templates* por:

- Catálogo simplificado.
- Catálogo básico.

Permite a inclusão da imagem da capa da publicação no momento do cadastro ou posteriormente.

Geração de capa fantasia de forma automática com os dados de Autor principal, título e subtítulo, caso o usuário não realize a inclusão da capa da publicação da obra ou periódico.

Permite a importação de registros bibliográficos por:

- A importação no padrão ISO2709 importa somente os campos presentes nos templates de catalogação;
- Importação pelo formato MARC (copiar e colar).
- Por ISBN.

Inclusão da capa de referência das obras quando vinculadas ao cadastro de registros obtidos pela importação por ISBN.

Dispõe de botões com as operações para: Incluir, Alterar, Excluir, Reservar, Duplicar, Emissão de etiquetas e Emissão de relatórios.

Possui operação para duplicar registros.

Possui operação para inclusão e alteração de reservas de títulos de obras ou periódicos.

Permite marcar registros como 'Não divulgado', não sendo apresentados no Terminal de consulta.

Permite liberação de acesso de registros marcados como 'Não divulgado', sendo apresentado somente para bibliotecas, cursos, tipo de usuário ou usuários específicos.

Permite que registros novos incluídos no sistema sejam marcados como 'Não divulgado' de forma automática, com indicação de data e motivo de não divulgação.

Controle de títulos revisados (governança do acervo).

Configuração para definir se a biblioteca fará controle de títulos revisados, restringindo os operadores que podem fazer alterações em registros já tratados.

Restrição a operadores com perfil específico para marcar ou desmarcar um título como revisado

5. Cadastro de Exemplares

Permitir que os dados dos exemplares sejam divididos em grupos como:

- Informações básicas.
- Notas.
- Aquisição.

Disponibilizar no grupo "Informações básicas", no mínimo dos seguintes campos: edição, ano, volume, nº do exemplar, suporte, nº de tomo ou Código de barras, data de tomo, Biblioteca, permitir circulação, bloquear reserva e bloquear renovação no Terminal de Consulta.

Disponibilizar no grupo "Notas" campo para descrição de detalhes do exemplar.

Disponibilizar no grupo "Aquisições", no mínimo dos seguintes campos: forma de aquisição, fornecedor, data de aquisição, moeda, valor e nota fiscal.

Disponibilizar de controle de exemplares baixados, com no mínimo as seguintes informações: título, local de publicação, editora, ano de publicação, Biblioteca, material, tomo ou código de barras, ano, volume, edição/número, autor, data de tomo, moeda, valor, data da baixa, motivo da baixa e observações.

Permitir inclusão de exemplares em lote:

- Definição da quantidade de exemplares a serem incluídos.

Na inclusão em lote definir dados de: edição, ano, volume, número de exemplares, suporte, circula (sim ou não), Biblioteca, retido (sim ou não), data de retenção, motivo de retenção, forma de aquisição, fornecedor, nota fiscal, data de aquisição, moeda e valor.

Permitir a baixa de exemplares em lote de Obras e Periódicos.

Permitir inclusão de dados da baixa:

Permitir marcar ou desmarcar todos os exemplares selecionados para baixa.

Apresentar totalização de exemplares marcados para baixa.

Transferência de exemplares entre títulos.

Transferência de um único exemplar.

Transferência de exemplares em lote.

Controle de retenção de exemplares:

- Informar data da retenção.
- Informar motivo da retenção.

6. Busca e Recuperação

Disponer de botões com no mínimo, as operações mais usuais em exemplares: incluir, alterar, baixar exemplar e transferir exemplar.

Permitir que obras, periódicos ou analíticas cadastrados sejam pesquisados através de consulta pelo título ou subtítulo.

Permitir consulta unificada por obras, periódicos ou por analíticas.

Permitir pesquisa livre no acervo através de palavra chave em ISBN ou ISSN.

Na busca unificada de Obras, Periódicos e Analíticas, permitir a consulta no mínimo por: todos os campos, título (contendo ou iniciado com) e subtítulo, assunto, autor e Biblioteca.

Permitir a consulta no mínimo pelas informações: material, idioma, classificação, notação de autor, complemento, outras informações, local de publicação, editora, ano da publicação, nota, resumo, data de cadastro, código de obra, público alvo, categoria e subcategoria.

Dados dos exemplares: ano da publicação, volume, suporte, número de tombo, data de tombo, código de barras.

Aquisições: forma de aquisição, fornecedor e data de aquisição.

Permitir que os resultados de pesquisas sejam visualizados em ordem alfabética de título.

Permitir a busca somente da Biblioteca logada, por meio de configuração.

Indexação específica para público infanto-juvenil, com descrição dos temas em:

- Categoria por cor.
- Subcategoria.
- Assuntos.

- Definição de público alvo.

Permite a criação de categorias para distribuição dos assuntos em temas. A estas categorias é possível definir:

- Descrição.
- Cor.

Inclusão de imagem.

Dispõe de opção de até 40 cores diferentes para categorias.

Permite a inclusão de imagens personalizadas nas categorias por cor, definidas pelos operadores.

Permite criação de ilimitadas subcategorias vinculadas a uma categoria por cor.

Permite a inclusão de ilimitados assuntos (termos) vinculados a uma categoria por cor ou subcategoria.

- Ao selecionar um assunto vinculado a uma categoria por cor ou subcategoria, carrega este dado de forma automática.
- Permite a inclusão de uma categoria por cor sem informar um assunto.

Permite identificação de público alvo, com identificação por cor.

Dispõe de opção de até 40 cores diferentes para público alvo.

Permite a criação de etiquetas personalizadas.

Emissão de etiquetas com cores de categorias por cor e/ou público alvo.

Emissão de etiquetas com código de barras.

Permite a recuperação por categoria por cor, sem necessidade de digitar termos para serem pesquisados.

7. Relatórios do Acervo

Permitir a impressão de etiquetas de lombada das obras e periódicos.

Disponer de relatórios com informações básicas das obras (título, assunto, autor, número da chamada, série e editora), com no mínimo as seguintes opções:

- Título (agrupar ou ordenar).
- Nome do autor (agrupar ou ordenar).
- Assunto (agrupar ou ordenar).

Disponer de relatórios com informações básicas dos exemplares de obras: título, número de

chamada, código de barras/tombo, autores, edição, ano, volume, série e editora. Com no mínimo as seguintes opções:

- Título (agrupar ou ordenar).
- Editora (agrupar ou ordenar).
- Código de barras/tombo (ordenar).

Disponer de relatórios com informações básicas dos periódicos: título, número de chamada, idioma, editora, local de publicação e periodicidade. Com no mínimo as seguintes opções:

- Título (agrupar ou ordenar).
- Periodicidade (agrupar ou ordenar).

Disponer de relatórios com informações básicas de exemplares de periódicos: título, editora, código de barras/tombo. Com no mínimo as seguintes opções:

- Título (agrupar ou ordenar).
- Editora (agrupar ou ordenar).
- Código de barras/tombo (ordenar).

Disponer de relatório com informações básicas de analíticas.

Disponer de relatório de referência bibliográfica, de acordo com a ABNT NBR 6023.

Disponibilizar filtros para seleção das informações para qualquer um dos documentos disponíveis para impressão no sistema.

Permitir que os relatórios possam ser exportados nos formatos em PDF, arquivos do Excel ou CSV, textos nos formatos TXT ou RTF, e arquivos no formato MHTML.

8. Inventário

Possuir função de inventário.

Permitir criar inventários.

Permitir importar arquivo com a leitura dos códigos de barras para realização de inventário.

Permitir zerar um inventário.

Emitir relatórios do inventário de:

- Exemplares encontrados na biblioteca e não cadastrados.
- Exemplares cadastrados e não encontrados na biblioteca – Sintético.
- Exemplares cadastrados e não encontrados na biblioteca – Analítico.

- Relatório estatístico.
- Sequência de leitura.

Permitir buscar por situação de exemplares inventariados.

Permitir excluir exemplar de inventário.

Permitir alterar a situação do exemplar inventariado.

9. Conteúdo digital

Permitir o vínculo de conteúdo digital aos registros de obras e periódicos.

Permite assinalar que registro é apenas conteúdo digital, favorecendo a gestão de acervos impressos e digitais.

Definição de que o registro é apenas conteúdo digital para:

- Obras.
- Periódicos.

Destaque dos títulos que são apenas conteúdo digital.

- Inibição do cadastro de exemplares para registros que são marcados como apenas conteúdo digital.

Permite a inclusão de:

- Sites da Web.
- Arquivos.

Informa os dados do site:

- Título do site.
- URL.

Informa os dados do arquivo:

- Título.
- Permitir download.
- Restrição de acesso ao arquivo (público ou privado).

Permitir restrição de acesso ao arquivo por:

- Biblioteca.
- Cursos.

- Tipo de usuário.
- Usuários específicos.

Possui importação específica para livros digitais no formato ISO2709, com informações de:

- Metadados bibliográficos.

Metadados de gestão:

- Nome do fornecedor.
- Data de término do licenciamento.

Definição de importação dos assuntos nos metadados do fornecedor de conteúdo digital:

- Importar os assuntos do fornecedor.
- Não importar os assuntos do fornecedor.

Disponibiliza livros digitais contratados com fornecedores no catálogo online:

- Transferência do usuário do catálogo online à plataforma do fornecedor ao clicar em site de fornecedor integrado.
- Validação do usuário por meio de *Single Sign-On* (SSO), dispensando a divulgação de senhas do fornecedor aos usuários.

Apresenta extensão (formato) do arquivo.

Permite controle de uso do espaço de repositório digital utilizado de:

- Espaço total.
- Espaço utilizado.
- Espaço disponível.

10. Cadastro de Usuários

Permitir cadastro por tipos de usuários, como por exemplo alunos, professores, funcionários, servidores, etc.

Dispor de inclusão dos usuários, no mínimo com os seguintes campos:

- Informações básicas: nome, código, matrícula, login, tipo de usuário, data de validade, inativo, data de nascimento, sexo, tipo de identificação, número de identificação, Biblioteca e observações.

Contato residencial: endereço, bairro, cidade, CEP, telefone e e-mail.

Contato profissional: empresa, departamento, endereço, bairro, cidade, CEP, telefone e

e-mail.

Acadêmico: curso, série, turma e período.

Permitir inclusão de campos opcionais para o cadastro do usuário.

Permitir incluir uma fotografia ao cadastro do usuário.

Permitir que a imagem seja visualizada na realização de Circulações (empréstimos, renovações e devoluções).

Permitir a criação de política de circulação a partir do tipo de usuário (quantidade, tipo de material, prazos, sanções e demais rotinas).

Permitir que os usuários cadastrados sejam pesquisados através de consulta pelo nome.

Permitir a consulta pelas informações básicas: nome do usuário, tipos de usuário, situação do usuário, Biblioteca do usuário, código do usuário, matrícula, data de nascimento, data de validade, data de cadastro, data de alteração do cadastro, busca pelos campos opcionais (textuais ou tabelas), dados acadêmicos (curso, série, turma, período), dados de circulação.

Permitir a visualização da ficha de cadastro dos usuários com as informações existentes no momento da circulação, com opção do operador complementar ou ajustar os dados, de acordo com a necessidade.

Permitir a visualização dos empréstimos e históricos de circulações no cadastro do usuário.

Permitir consultar todos os empréstimos, ou apenas as obras que estão emprestadas ou as atrasadas.

Permitir visualizar o histórico de atrasos realizados do usuário.

11. Relatórios de Usuários

Permitir a impressão de carteiras de identificação de usuários (carteirinhas) com a impressão da fotografia, caso contenha na ficha cadastral do usuário.

Permitir a impressão da carteirinha em impressora térmica e de crachás, através de driver padrão do Windows.

Permitir a impressão de etiquetas de endereçamento, além de relatórios de listagem simples ou mais completos

Permitir que os relatórios, carteirinhas ou etiquetas de endereçamento possam ser exportados em PDF, arquivos do Excel ou CSV, textos nos formatos TXT ou RTF, e arquivos no formato HTML.

Dispor de relatório com informação básica dos usuários (nome).

Dispor de relatório com informações básicas dos aniversariantes (nome e data do aniversário).

Dispor de relatório com informação básica de senha (nome, código e senha).

Dispor de relatório com informação básica de circulação (código, título, ano, volume, edição/número, data de saída, data prevista de entrega e data de devolução).

Disponibilizar filtros para seleção das informações para qualquer um dos documentos disponíveis para impressão no sistema.

12. Cadastro de Operadores (gestão de acesso no software)

Permitir criar tipos de perfis, a fim de facilitar e padronizar o cadastramento das permissões definidas por operador do sistema.

Permitir definir quais atividades poderão ser executadas pelos operadores do sistema.

Permitir alterar o perfil de acesso de um operador a qualquer momento da sua utilização.

Permitir incluir operadores com no mínimo as seguintes informações: nome, ramal, perfil de acesso, identificação, senha e Biblioteca padrão.

Visualização das operações realizadas pelos operadores com no mínimo as seguintes informações: data da operação, operação realizada, operador e descrição.

Emitir relatório de operações realizadas com no mínimo as informações de data, operador e descrição.

Permitir a troca de senha dos operadores.

13. Controle de Circulação

Permitir o controle de circulação (reserva, empréstimo, devolução e renovação).

Permitir a realização do empréstimo informando o usuário e exemplar por meio digitação, ou através dos seus códigos de barras.

Permitir que na mesma tela seja possível realizar empréstimo, devolução e renovação.

Permitir realizar ações de Empréstimo, Renovação e Devoluções simultaneamente.

Permitir que ao digitar o código do usuário ou do exemplar, identificar as publicações que já se encontram emprestadas a ele.

Permitir imprimir e reimprimir recibos de Circulações.

Permitir envio de e-mails das operações de empréstimo, renovação e devolução.

Permitir a customização das mensagens de e-mail para as operações de empréstimo, renovação e devolução, por biblioteca.

Permitir alteração de tipo de circulação e a data de devolução prevista, de acordo com perfil do operador.

Permitir realização de filtro por série e turma no relatório de estatística de circulação

Emitir relatórios de circulação ordenados no mínimo por: usuário; data prevista de entrega; data de saída (retirada) e tipo de empréstimo.

Permitir realização de devolução expressa, com recebimento de diversos exemplares em operação única.

Permitir recuperação de dados relativos à circulação por: data de saída, data de devolução, data prevista e intervalo de dias, dados do título, dados do exemplar, informações do usuário e informações do operador (operador que realizou o empréstimo e operador que realizou a devolução).

Permitir a realização de empréstimos por hora.

Permitir definir os exemplares que por padrão circulam somente por hora.

Apresentar durante a circulação mensagem que o empréstimo é por hora.

Permitir definir horário limite para realização de empréstimo por hora, por dia da semana.

Permitir separar a quantidade de exemplares em empréstimos domiciliares e por hora, garantindo que a consulta por hora não fique limitada caso o usuário já tenha exemplares emprestados.

Definir quantidade de exemplares que possam ser emprestados por hora, por Biblioteca, por tipo de usuário e tipo de material.

Definir a quantidade de horas de duração do empréstimo por hora.

Definir a quantidade máxima de empréstimos por hora que possam ser feitas pelo usuário.

Definir se os exemplares que não circulam possam ou não ser emprestados por hora.

Possuir configuração para permitir ou inibir a realização de empréstimos de exemplares idênticos ao mesmo usuário.

14. Controle de Reserva

Permitir o controle de reservas de exemplares de obras ou periódicos.

Permitir controlar sequência para atendimento de reservas.

Informar ao operador que o exemplar devolvido possui reserva.

Permitir ao operador selecionar o usuário com reserva que será atendido, de acordo com a quantidade de exemplares disponíveis.

Permitir a consulta e emissão de relatórios de reservas realizadas com no mínimo as informações: título, código, autor, usuário, número da reserva, data da reserva e data de vencimento.

Permitir a exclusão de reservas.

Apresentar a situação do exemplar como reservado no Terminal de Consulta e no ambiente interno.

Possuir relatórios de reservas com: reservas ativas, estatística de reservas ativas, reservas excluídas e estatística de reservas excluídas.

15. Histórico de e-mails

Armazenar histórico dos e-mails enviados aos usuários com no mínimo, as informações de: data e hora da geração do e-mail, tipo de e-mail, operador, usuário, e-mail, biblioteca de envio, assunto e situação.

Permitir busca de e-mails por: data, usuário, e-mail, situação, tipo de e-mail e /biblioteca de envio.

Permitir a seleção de e-mails filtrados.

Permitir a exclusão de e-mails.

Visualização de detalhes do e-mail.

16. Relatórios gerenciais

Dispor de relatórios gerenciais de circulação, com no mínimo as opções e informações abaixo:

- Assuntos mais retirados, com filtros por: assunto, tipo de acervo (obras e/ou periódicos), quantidade (todos ou número máximo), período de empréstimo e biblioteca.
- Títulos mais retirados, com filtros por: título, acervo (obras e/ou periódicos), quantidade (todos ou número máximo), período de empréstimo e biblioteca.
- Usuários que mais retiram exemplares, com filtros por: usuário, acervo (obras e/ou periódicos), quantidade (todos ou número máximo), período de empréstimo e biblioteca.

Dispor de relatórios de estatísticas do Terminal de Consulta, com no mínimo as informações: número de consultas, período de consultas e critérios de busca com relação dos termos que foram pesquisados.

Dispor de relatório financeiro agrupado por serviço ou por Biblioteca, listando os valores recebidos com pagamento demais serviços, por exemplo SEBO.

17. Tabelas

Possuir tabelas para facilitar e padronizar a inclusão de dados, com no mínimo os contextos:

- Tabelas de Autoridades.
- Tabelas Auxiliares (para cadastro de registros e gestão).

- Tabelas Auxiliares (para cadastro de usuários).

Controle de remissivas: Autoridade Pessoa; Autoridade Instituição; Autoridade Evento; Autoridade Assunto; Autoridade Título uniforme e Editora.

Visualização dos registros relacionados aos termos cadastrados nas tabelas.

Permitir substituição de termos presentes de uma mesma tabela, alterando um termo errado por um correto.

18. Configurações Gerais e Locais

Permitir controle de configurações e políticas de forma “Gerais” (aplicável de forma idêntica a todas as bibliotecas) ou de forma “Locais” (aplicável exclusiva a uma Biblioteca), da base de dados única.

Na forma “Configurações Gerais”, dispor de no mínimo as seguintes informações: permissão para alterar exemplares de outras bibliotecas, conteúdo digital, utilização de visualizador de PDF; registro de dados do exemplar, identificação do exemplar para circulação, inventário, logotipo, reservas, dentre outras.

Na forma “Configurações Locais”, dispor de no mínimo informações: dados da Biblioteca, serviços em aberto, circulação (acervo, quantidade e prazo), impressão de recibos das operações (empréstimo, renovação, devolução), calendário de empréstimos e devoluções, renovação, material não divulgado, serviços e usuários.

Permitir a configuração das políticas de empréstimos de cada Biblioteca, mesmo com utilização por múltiplas Bibliotecas em base de dados única.

19. Terminal de Consulta

Permitir pesquisa livre no acervo através de palavra-chave em: todos os campos, título, Autoria (buscando por entrada principal e secundária), assuntos e série.

Adoção de padrões de acessibilidade com recursos de:

- Orientações sobre acessibilidade no Terminal de consulta.
- Ampliação de textos na tela.
- Uso de auto contraste, removendo cores.
- Controle de acesso à pesquisa apenas ao usuário que estiver cadastrado na biblioteca, mediante login e senha do usuário.

Recurso de CAPTCHA para autenticação dos usuários.

Permite ao usuário criar lista de favoritos.

Permite ao usuário atualizar dados de contato.

Permite pesquisa livre no acervo através de palavra-chave em:

- Todos os campos.
- Título.
- Autoria, buscando por entrada principal e secundária.
- Assuntos.
- Série.
- Editora.
- ISBN/ISSN.

Permite pesquisa avançada com uso de operadores booleanos E, OU e E NÃO nos campos por:

- Todos os campos.
- Título e subtítulo.
- Autoria, buscando por entrada principal e secundária.
- Assunto.
- Série.
- Editora.
- ISBN/ISSN.

Permite busca avançada nos campos:

- Localização.
- Tipo de material.
- Idioma.
- Ano de edição por:
 - Intervalo de anos.
 - Ano exato.
- Últimas aquisições por:
 - Intervalo de datas.
 - Data exata.
 - A partir de uma data.
 - Até uma data.

Permite pesquisa por meio de categorias por cor, com suas respectivas imagens e cores associadas, garantindo a descoberta dos registros existentes mesmo aos usuários em fases iniciais de letramento.

Apresentação de carrosséis com:

- Categorias por cor.
- Últimas aquisições.
- Obras mais emprestadas.
- Levantamentos bibliográficos.

Permite pesquisa facilitada, sem necessidade de digitação de termos ou palavras, por meio de navegação entre as categorias por cor e subcategorias.

Permite pesquisa por meio de toque em tela (touchscreen).

Permite busca apenas por registros que possuem conteúdo digital vinculado.

Configuração para apresentar registros sem exemplares (apenas conteúdo digital) ignorando o filtro por biblioteca.

Apresentação dos resultados de busca em facetas por:

- Ano de publicação.
- Assuntos.
- Autores.
- Categoria por cor.
- Conteúdo digital.
- Edição.
- Idioma.
- Público-alvo.
- Tipo de material.
- Conteúdo digital.
- Biblioteca.

Permite uso das facetas para refinamento da pesquisa, aplicando critérios dentro da busca realizada.

Permite pesquisa nos itens presentes nas facetas por meio de digitação (auto complete).

Configuração para definir a forma de visualização do resultado da busca:

- Capas.
- Lista.

Apresentação de diferentes formas de visualização dos registros recuperados:

- Registro completo.
- Referência (ABNT NBR 6023:18).
- MARC Tags.

Exportação de registros bibliográficos no formato MARC 21 nas opções:

- Copiar para área de transferência para colar diretamente no sistema.
- Salvar no formato ISO2709.

Na visualização por capas apresenta os dados de:

- Título.
- Subtítulo.

A tela de consulta apresenta a quantidade de itens recuperados pela busca, bem como as informações gerais, tais como:

- Título.
- Subtítulo.
- Edição.
- Autores.
- Idioma.
- ISBN ou ISSN.
- Número de chamada.
- Publicação (impressa).
- Público-alvo.
- Notas.
- Resumo.
- Categorias por cor.
- Subcategorias.

- Assuntos.
- Número de exemplares.
- Imagem de referência (capa).
- Conteúdo digital.

A tela de consulta permite o envio de registros para a área Minha Seleção onde é possível:

- Imprimir resultados salvos no formato de lista ou referência.
- Remover itens selecionados.
- Alterar a visualização dos registros por capas ou lista.
- Envio da Minha Seleção por e-mail, no formato de lista ou referência.
- Geração de arquivo no formato ISO2709 para os registros presentes na Minha Seleção.

Permite a criação de ilimitadas listas de favoritos.

- Opção para renomear lista de favoritos.
- Trocar registros de lista de favoritos.
- Criar ou eliminar listas existentes.
- Selecionar diversos registros para uma lista de favoritos.
- Enviar por e-mail os registros de uma lista de favoritos, no formato de lista ou referência.
- Imprimir os registros de uma lista de favoritos, no formato lista ou referência.

A tela de consulta permite a seleção de um dos registros e apresentar os demais campos da obra e de seus exemplares como:

- Tombo.
- Edição.
- Ano.
- Volume.
- Suporte.
- Biblioteca.
- Localização.

- Situação (disponível, emprestado, reservado etc.).
- Data prevista de devolução de exemplares de Obras e Periódicos.
- Motivo de retenção (se público) e data limite de retenção do exemplar.
- QR Code com os dados para localização do material na estante.

Permite customização da interface WEB, em relação a cores, estampas e fontes utilizadas.

Oferece ao usuário serviços de autoatendimento, configurados pelo bibliotecário:

- Renovação.
- Reservas.
- Inclusão.
- Exclusão.

Consulta ao histórico e circulações em aberto.

- Filtro por idioma no histórico de circulações.

Consulta às reservas efetuadas e situação: liberada ou aguardando liberação.

Troca de senha.

Apresentação de notificações ao usuário informando sobre:

- Empréstimos para serem devolvidos.
- Reservas liberadas.
- Permite a publicação de avisos no Terminal Web com dados de:
- Título do aviso.
- Resumo do aviso.

Tipo de aviso:

- Público.
- Somente usuários cadastrados.
- Usuários específicos.

Definição do período de exibição, com datas de início e término.

Configuração de texto com:

- Recursos de formatação (negrito, itálico, fontes, tamanho da fonte,

alinhamento).

- Alteração de cores de fontes e cor de fundo.

Inclusão de:

- Tabelas.
- Imagens disponíveis na web, inclusive com animação.
- Links para outros sites.

Apresentação de opção de filtro por biblioteca.

Apresentação das últimas aquisições na página inicial do Terminal Web.

Utilização de filtro da biblioteca para apresentar as últimas aquisições na página inicial do Terminal Web.

Apresentação dos itens mais emprestados na página inicial do Terminal Web.

Utilização de filtro da biblioteca para apresentar os itens mais emprestados na página inicial do Terminal Web.

Apresentação automática de capa fantasia com dados do título e autor para os títulos que não possuem a imagem de referência cadastrada.

Apresentação de fotografia vinculada ao cadastro do usuário após a realização do login.

Permite acesso a documentos digitais vinculados ao registro (obras, periódicos).

Apresentação do formato do arquivo ou site vinculado ao registro.

Permite acesso ao conteúdo digital por um clique.

Definição do tipo de acesso do arquivo digital por:

Download.

Visualização em tela para arquivos no formato PDF.

Permite acessar endereços de sites (URLs) ao registro.

Permite inclusão ilimitada de sites aos registros.

Possuir configuração para autenticação integrada (Single Sign On SSO) que permite que o usuário autenticado em outro portal da instituição possa acessar o terminal de consultas sem necessidade de informar novamente login e senha.

Possuir configuração para autenticação do usuário por meio de CAPTCHA.

20. Ajuda

Possuir ajuda online dentro da ferramenta, orientando o funcionamento do sistema.

21. Integração com protocolo SIP-2

O sistema deverá suportar o protocolo SIP-2, a fim de permitir a integração com terminais de autoatendimento de qualquer fornecedor que utilize este mesmo formato.

Realizar empréstimo de forma automática ao passar o cartão do usuário no leitor de código de barras do equipamento de autoatendimento.

Realizar devolução de forma automática ao passar o livro no leitor de código de barras do equipamento de autoatendimento.

22. Painel de Gestão

Dispor de painel de gestão para acompanhamento das informações consolidadas (analíticas ou sintéticas) da Biblioteca ou de uma rede de Bibliotecas, com coleta de dados para análise e auxílio nas tomadas de decisões.

Dispor de informações e gráficos com as estatísticas consolidadas de toda rede e por Biblioteca.

Apresentação de gráficos elaborados de forma dinâmica.

Possibilidade de detalhar os dados com aplicação de filtro por data.

Apresentação de dados com informações no mínimo sobre:

- Dados gerais do acervo: quantidade de títulos de obras, quantidade de títulos de periódicos, soma total de títulos de obras e de periódicos, dados gerais do acervo – Exemplares e quantidade total de exemplares.
- Detalhamento de dados por biblioteca: exemplares de obras, exemplares de periódicos, usuários, empréstimos e renovações.
- Perfil dos usuários com: quantidade de usuários cadastrado por sexo, quantidade de usuários por faixa etária, quantidade de usuários por tipo (aluno, professor, funcionário etc.) e quantidade de usuários por curso.
- Dados de circulação: apresentação de gráfico com a quantidade de empréstimos por mês, quantidade de atendimentos presenciais pelos períodos: manhã, tarde e noite.
- Dados de acervo: apresentação de quantidade de títulos por material.

Consultas aos terminais: apresentação de quantidade de consultas no Terminal de Consulta, por mês.

Permitir aplicação de filtro de uma, várias ou todas as bibliotecas da Rede, refletindo nos gráficos e dados apresentados.

Permitir as consultas por meio de equipamentos móveis, tais como: smartphones, tablets e notebooks, além de microcomputadores desktop.

23. Instalação

A CONTRATADA deverá hospedar o software e a base de dados em nuvem privada, em data-center próprio ou terceirizado (sob sua inteira responsabilidade), durante a vigência do contrato.

Conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27001-2013, objetivando mitigar riscos relativos à segurança da informação.

Contrato de prestação do serviço em conformidade com a NC14/IN01/DSIC/GSIPR, garantindo que os dados e cópias de segurança residam em datacenter localizado no território nacional.

Garantia de disponibilidade de, no mínimo 98%.

24. Condições de utilização

Ilimitados operadores simultâneos, com acesso através de browsers homologados, definidos no item "Tecnologia".

Transferência ilimitada de dados.

Espaço de no mínimo 20 Gb para o banco de dados.

A CONTRATADA deverá realizar um backup semanal dos dados, englobando banco de dados e arquivos avulsos, o qual poderá ser enviado por meio eletrônico, sob demanda da CONTRATANTE.

O software deverá ser atualizado pela CONTRATADA, sem interferência por parte do cliente, em periodicidade definida entre as partes.

25. Visita técnica de acompanhamento

Deverão ser realizadas 03 (três) visitas técnicas de acompanhamento com a carga horária mínima de 08 (oito) horas, a partir do término da implantação do software (até 90 dias, contados da data de contratação), para verificar junto aos operadores do sistema o andamento na utilização dos recursos, e caso necessário a reciclagem na capacitação.

As visitas técnicas serão realizadas de forma presencial na sede das Bibliotecas Públicas, ou em outro local, conforme cronograma e definição da Secretaria de Educação e Cidadania.

26. Manutenção (atualização do sistema e suporte técnico)

A CONTRATADA ficará obrigada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da conclusão da implantação do sistema, a prestar o serviço manutenção, suporte técnico e atualização de versões.

O Serviço de suporte técnico deverá ser realizado no horário comercial através de telefone e Internet.

No serviço de suporte técnico deverá estar incluída a atualização de versões do software.

A manutenção será:

- Corretiva, quando forem feitas alterações para correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento, sem inserção de novas funcionalidades.
- Adaptativa, adaptações por mudanças externas (negócio, legislação, ambiente operacional) sem inserção de novas funcionalidades.
- Evolutiva, evolução com a inclusão de novas características e/ou funcionalidades, identificadas e definidas por iniciativa da CONTRATADA.

No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATADA deverá prestar suporte técnico enquanto durar a prorrogação.

A manutenção será realizada nos dias úteis:

- A CONTRATADA deverá estar disponível para prestação do serviço durante 05 (cinco) dias por semana, 08 (oito) horas por dia, em horário comercial.
- Os serviços de manutenção deverão ser prestados pelo próprio fabricante ou pelo representante, autorizado por ele mediante declaração expressa, comprovando a aptidão da mesma para realizar os serviços.
- O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 8 horas corridas, contadas a partir da comunicação do problema à CONTRATADA.
- A empresa CONTRATADA deverá trabalhar, ininterruptamente, na solução dos problemas críticos até que a solução esteja novamente operando em regime normal de produção.

A empresa CONTRATADA deverá informar o número do telefone para fins de esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração do software que compõe a solução.

27. Nível de atendimento

Permitir acesso em ambiente Web para consulta dos atendimentos em andamento e realizados pela Equipe de Suporte Técnico.

Atendimento no idioma português (Brasil).

Prestar atendimento, no mínimo, de acordo com os prazos abaixo:

Chamado	Descrição	Criticidade	Prazo
Erro no sistema	Inconsistências apresentadas no sistema que podem ou não impedir o pleno	Alta: quando a funcionalidade afetada impede a utilização de recursos essenciais do	Até o final do dia

	funcionamento do software	sistema.	
		Média: quando a funcionalidade afetada dificulta a utilização de recursos importantes do sistema.	Até 3 dias úteis
		Baixa: quando a funcionalidade afetada não impede a utilização de recursos do sistema.	Até 3 dias úteis
Esclarecimento de dúvida	Dúvidas pontuais do sistema	Atendimento normal	Até 1 dia útil
Impossibilidade de acessar o sistema	Indisponibilidade do sistema	Total: impacto direto, impossibilitando total acesso ao sistema; Parcial: impacto direto em apenas parte do acesso ao sistema.	Até 1 dia útil
	Problema com acesso – Hospedagem	Total: sistema indisponível para todos os setores da instituição; Parcial: sistema indisponível para alguns setores da instituição.	Até 1 hora

Para fins de classificação dos chamados técnicos, a criticidade deverá ser definida de acordo com o impacto da ocorrência sobre a utilização do sistema, a continuidade dos serviços prestados pelas bibliotecas e a existência, ou não, de alternativa operacional temporária, observados os seguintes critérios:

a) **Alta criticidade:** ocorrência que impeça ou comprometa de forma relevante a utilização de funcionalidades essenciais do sistema, prejudicando a continuidade dos serviços bibliotecários ou administrativos. Enquadram-se nessa categoria, entre outras situações: impossibilidade de realizar empréstimos, devoluções, renovações ou reservas; falha de acesso dos operadores ao sistema; indisponibilidade de módulos essenciais de catalogação, circulação ou consulta; inconsistência que comprometa a integridade, segurança ou confiabilidade dos dados; falha que impeça o uso regular do sistema por uma ou mais bibliotecas, sem alternativa operacional adequada.

b) **Média criticidade:** ocorrência que dificulte ou limite a utilização de funcionalidades importantes do sistema, sem impedir integralmente a continuidade dos serviços e desde que exista alternativa operacional temporária viável. Enquadram-se nessa categoria, entre outras situações: falhas em relatórios gerenciais ou operacionais relevantes;

inconsistências em filtros, consultas, emissão de recibos, etiquetas ou funcionalidades de apoio; lentidão ou instabilidade parcial que não impeça o uso do sistema; erros que afetem determinados usuários, módulos ou rotinas, mas permitam a continuidade do atendimento mediante procedimento alternativo.

c) **Baixa criticidade:** ocorrência que não impeça a utilização dos recursos essenciais do sistema e não comprometa a continuidade dos serviços, tratando-se de falhas pontuais, ajustes de menor impacto ou ocorrências de natureza estética, operacional secundária ou de usabilidade. Enquadram-se nessa categoria, entre outras situações: ajustes de layout, mensagens, rótulos, campos, ordenação de informações, dúvidas operacionais simples, inconsistências visuais, melhorias de navegação ou falhas sem impacto relevante na execução das atividades principais.

O enquadramento da criticidade do chamado será realizado pela CONTRATANTE, por meio da fiscalização ou dos usuários responsáveis pela abertura do chamado, considerando o impacto efetivo da ocorrência no ambiente de produção. Caso a CONTRATADA discorde da classificação atribuída, poderá apresentar justificativa técnica, cabendo à CONTRATANTE a decisão final quanto ao nível de criticidade aplicável.

ANEXO II

À
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026

OBJETO: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO.

D E C L A R A Ç Ã O

Em cumprimento as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

- a)** A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b)** Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c)** Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d)** A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g)** A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
- h)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;

j) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Por ser a expressão da verdade, eu _____ ,
representante legal do licitante, firmo a presente.

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP

À

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026

OBJETO: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é **“Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte” (AO PREENCHER ESTA DECLARAÇÃO, INDICAR O PORTE DA EMPRESA)**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não existem ocorrências pendentes que possam conduzi-la ao seu desenquadramento dos artigos 42 a 49 da referida Lei, estando, portanto, apta a usufruir dos benefícios da Lei no **Pregão Eletrônico nº 147/SGAF/2026**, realizado pela Prefeitura de São José dos Campos.

Por ser a expressão da verdade, eu _____, representante legal do licitante, firmo a presente.

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Prefeitura de São José dos Campos
Estado de São Paulo

CONTRATO Nº (PREENCHER)

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E (NOME DO CONTRATADO) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO.

Prazo: 27 (vinte e sete) meses

Valor: (PREENCHER EM NUMERAL E POR EXTENSO)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº147/SGAF/2026

Dotação Orçamentária: 40.10.3.3.90.39.13.392.0007.2.023.01.2200108

Processo Administrativo digital nº 77121/2026

Autorização de Fornecimento nº: (PREENCHER)

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) de (PREENCHER NOME DA SECRETARIA), Sr(Sr^a) (PREENCHER NOME COMPLETO DA AUTORIDADE, NÃO INSERINDO RG E CPF), conforme Decreto Municipal nº (INFORMAR ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA O SIGNATÁRIO A FIRMAR CONTRATOS EM NOME DO MUNICÍPIO), doravante denominado CONTRATANTE, e (PREENCHER NOME DO CONTRATADO E DO REPRESENTANTE LEGAL), doravante simplesmente designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº (PREENCHER) e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, tendo entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta do CONTRATADO e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 27 (vinte e sete) meses, contados do recebimento da primeira Ordem de Serviço, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA 3ª – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste Contrato.

3.2. O CONTRATADO deverá executar de conformidade com o estabelecido neste Contrato os serviços objeto sob sua exclusiva responsabilidade e nas condições ofertadas que deverão, todavia, observar as determinações específicas para a execução contidas no Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste Contrato.

3.2.1. O início da execução do objeto se dará mediante a emissão da Ordem de Serviços (OS), por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de São José dos Campos.

3.4. A execução dos serviços deverá ser iniciada no tempo estabelecido na Ordem de Serviço (O.S) expedida pelo CONTRATANTE.

3.5. Pelo serviço executado de forma discrepante com o objeto obriga-se o CONTRATADO a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, de conformidade com o notificado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Contrato, o desempenho de qualquer trabalho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.5.1. O CONTRATADO se obriga à execução integral dos serviços objeto do contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

3.6. No recebimento e aceitação do objeto serão observados os critérios estabelecidos neste Contrato, observadas as determinações específicas ao recebimento contidas no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO deste Contrato e, no que couber, as disposições contidas no artigo nº 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo estabelecido no ANEXO ÚNICO - Termo de Referência deste Contrato, contado do recebimento do objeto na sede do contratante pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Prefeitura de São José dos Campos.

3.8. Na hipótese da não aceitação dos serviços, o CONTRATANTE notificará o CONTRATADO das irregularidades, registrará o fato e estipulará prazo máximo para correção do(s) vício(s) mediante a lavratura de Termo de Constatação de Irregularidade – T.C.I., sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

3.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO deste Contrato, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo Detalhado comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, com base nos relatórios e documentos apresentados.

3.9.1. Havendo o recebimento definitivo será comunicado o CONTRATADO para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

3.9.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertencente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.10. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com a medição do objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

3.10.1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos serviços, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

3.11. Não será aceito preço divergente do Contratado.

3.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª – DO PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ (PREENCHER VALOR EM NUMERAL E POR EXTENSO).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA 6ª – DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

6.1. As medições referentes à implantação vinculam-se ao cumprimento integral das etapas previstas no cronograma de implantação, à conclusão total da implantação e à comprovação da entrega e do aceite das funcionalidades previstas no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO.

6.1.1. O pagamento da implantação será realizado somente após a conclusão integral de todas essas etapas, e ao aceite formal da CONTRATANTE, nos termos do Termo de Referência – ANEXO ÚNICO.

6.2. As medições referentes à licença de uso e à operação do sistema vinculam-se ao cumprimento das especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO.

6.2.1. Os pagamentos relativos à licença de uso e à operação do sistema serão feitos em 30 (trinta) dias corridos após o término do período mensal (30 dias) da

prestação dos serviços e recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

6.3. Vinculam-se aos critérios estabelecidos neste item 22 as determinações específicas ao pagamento contidas no Termo de Referência.

6.4. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do ANEXO ÚNICO do presente Contrato.

6.5. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o Contratado indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

6.6. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

6.7. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor do Contratado, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

CLÁUSULA 7ª – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja: 14 de Julho de 2026.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPC FIPE, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo adotada a seguinte fórmula:

$$R = Po. \left[\frac{IPC}{IPCo} - 1 \right]$$

Onde:

R= parcela de reajuste;

Po= preço inicial do mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo= variação do IPC FIPE – Índice de Preço do Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO devidamente instruídas e endereçadas à Divisão de Contratos da Secretaria responsável pela contratação. O CONTRATADO poderá exercer, perante a Municipalidade, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no item 7.2.

7.9.1. Caso o CONTRATADO não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte do CONTRATADO.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.4.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.1.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5.1. Para fins deste item, também se compreende como obrigação do CONTRATADO liberar a parcela incontroversa no prazo previsto para o pagamento no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar a Secretaria de Assuntos Jurídicos, quando for o caso, para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de 03 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, [art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), quando cabível.

8.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade via Internet, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATADO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua

proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

CLÁUSULA 10ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se o CONTRATADO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com o CONTRATANTE;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONTRATADO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONTRATADO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

10.2. O CONTRATADO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

10.3. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

10.4. O CONTRATADO cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

10.5. O CONTRATADO deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.6. O preposto do CONTRATADO manterá contato formal com o preposto do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.7. A critério do preposto do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

10.8. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA 11ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 12ª - DO RECEBIMENTO

12.1. Os serviços prestados serão recebidos em conformidade com o Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste Contrato.

12.1.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos nesta Cláusula as determinações específicas ao recebimento contidas no Termo de Referência.

12.1.2. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no Decreto Municipal nº 19721/2024 e no artigo nº 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. O recebimento não exclui a responsabilidade do prestador de serviços pela qualidade e garantia do objeto.

CLÁUSULA 13ª – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

- (2) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (3) Multa de 15% a 30% do valor do contrato licitado para as infrações previstas no item 13.1 desta CLÁUSULA 13ª.

13.2.4.1. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.2.4.2. Caso a multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado de que trata o inciso I, incida sobre prazo superior a 30 (trinta) dias, fica autorizada a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.1333, de 2021.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA 14ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 15ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A respectiva contratação será atendida pela dotação orçamentária nº 40.10.3.3.90.39.13.392.0007.2.023.01.220010, constante do exercício de 2026 e exercício subsequente (recurso próprio).

CLÁUSULA 16ª – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos estabelecidos pelo Código Civil.

CLÁUSULA 17ª – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA 18ª – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro de São José dos Campos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São José dos Campos, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

(QUALIFICAR TESTEMUNHAS)

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM PARA GERENCIAMENTO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
 - a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
 - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

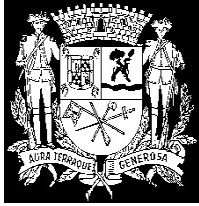
Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



ANEXO VI – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/SGAF/2026

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a **elaboração do Contrato e Autorização de Fornecimento (AF)**. Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento. Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:.....

CNPJ: **INSC. ESTADUAL:**..... **INSC. MUNICIPAL:**.....

TELEFONE: (....) **FAX:** (....)

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):.....

SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:

1 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor): **CPF:**

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

2 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor): **CPF:**

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

NOME COMPLETO:

ESTADO CIVIL: **NACIONALIDADE:**

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

RG (com órgão e estado emissor): **CPF:**

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):